
Luta Contra o Capacitismo: Gênero e Produções Midiáticas no Instagram de Ana Clara Moniz¹

Isadora Pereira DIAS²
Nealla Valentim MACHADO³
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT

RESUMO

O artigo visa analisar o conteúdo produzido pela influenciadora Ana Clara Moniz em sua conta de Instagram como um canal educativo e informacional atuante na luta contra o capacitismo encontrado nos meios de comunicação com suas produções inacessíveis para e sobre pessoas com deficiência. Busca também inserir Ana Clara em uma lógica comum de produção de conteúdo nas redes sociais de influenciadores e realizar uma imersão nos problemas da implantação efetiva da acessibilidade comunicativa em seus conteúdos, além de realizar uma prática analítica dos pormenores da vivência do gênero feminino com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Anticapacitismo; Influenciadores; Instagram;

INTRODUÇÃO

O termo “capacitismo” designa a cultura de pensamento da sociedade global que segrega as pessoas com deficiência dos espaços sociais. Segregação esta que pode ser visualizada através da pouca quantidade de aparatos de acessibilidade nos conteúdos da grande mídia jornalística e de informações acerca da vivência diária da pessoa com deficiência.

Nessa perspectiva, a jornalista, influencer e pessoa com Atrofia Espinhal Muscular (AME), Ana Clara Moniz (_anaclarabm), produz em sua conta de Instagram conteúdos que visam agir em resistência contra o capacitismo, reafirmando que as pessoas com deficiência possuem direitos básicos assim como qualquer cidadão, sendo um dos principais, o acesso integral à informação jornalística, ou seja, a inacessibilidade configura-se como ação capacitista que exclui PcDs da experiência cidadã de participação nos debates sociais. Assim, Ana Clara produz conteúdos de diversas temáticas que entornam uma centralidade: a sua luta pelo anticapacitismo e pela

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – Jornalismo, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Recém-graduada do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Email: isadorapdias13@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). email: nealla.machado@ufmt.br

implantação efetiva da acessibilidade comunicativa.

Apesar da problemática da acessibilidade comunicativa ser a principal, suas produções trazem a discussão sobre as diversas formas pelas quais o capacitismo é reproduzido no cotidiano pela sociedade. Esse, reproduzido majoritariamente por pessoas sem deficiência, exclui as pessoas com deficiência de experiências comuns à vida e sociabilidade humana, como a presença em locais de entretenimento, compra de produtos pessoais e do direito de possuírem relacionamentos amorosos e constituírem família, ou seja, de uma vida social em completude.

Nessa perspectiva, o principal tema que a influencer discute é sobre de que maneira a sociedade reproduz falas e ações capacitistas em suas vivências diárias, distanciando PcDs do convívio social, especificamente mulheres jovens, muitas vezes durante toda sua vida, de saírem para festas, de comprar novas roupas, maquiagens, de iniciarem relacionamentos, entre outras ações. Ana Clara sempre diz que, desde criança, sofreu com a exclusão por ser uma mulher bissexual com deficiência, sendo inserida neste momento as questões referentes ao gênero feminino.

Este artigo visa analisar a forma como a criadora de conteúdo Ana Clara usa a rede social Instagram como espaço possível para a propagação de conteúdos anticapacitistas, sob a ótica dos aspectos da discussão acerca das questões de gênero, para entendermos melhor as experiências diárias de uma mulher branca, de classe média e com deficiência. Além disso, objetiva também a promoção da reflexão sobre a representatividade de pessoas com deficiência no conteúdo da influenciadora em contraposição daquele exposto nos diversos espaços midiáticos, como telejornais, filmes, séries, novelas, entre outros produtos comunicativos.

A comunicação e seus meios serão inseridos também em conjunto com as perspectivas da deficiência neste âmbito, em especial suas formas de inacessibilidade por PcDs, os quais não conseguem consumir conteúdos produzidos nesses espaços de forma efetiva. Produções jornalísticas sem legendas ou traduções dos seus áudios para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos canais televisivos são um grande exemplo de inacessibilidade encontrada nos meios de comunicação.

Com o aporte teórico da acessibilidade comunicativa de Maldonado (2022), cidadania comunicativa de Berni (2021) que se referem ao acesso à comunicação

jornalística educativa como fator imprescindível para uma experiência cidadã e democrática e outros que reforçam a importância dos meios de comunicação para o fortalecimento e exercício da cidadania, explicitados por Bonito (2016), formarão a base teórica para evidenciar a conta de Instagram de Ana Clara Moniz como um canal informativo e educativo acerca da vivência do corpo com deficiência e promotor da luta anticapacitista.

Sendo uma mulher branca, loira, de estatura baixa e nascida com Atrofia Muscular Espinhal (AME), a influenciadora Ana Clara Moniz iniciou sua ascensão como produtora de conteúdo durante a pandemia da Covid-19 ao tratar sobre capacitismo na criação de um guia com 28 publicações com o nome “Como não ser capacitista”, integrado com conteúdos da própria Ana Clara e de outros influenciadores que discutem a mesma temática. Contudo, ela também traz postagens que tratam de autoestima, moda, maquiagem e orientação sexual em sua conta de Instagram. A criação não se concentra apenas em mostrar o cotidiano da criadora nos stories, mas também na discussão sobre a “realidade capacitista” que a envolve de forma diária, recentemente inserida no debate social.

Com todas as problemáticas que resultam na falta de informação educacional para PcDs, grupos de ativistas anticapacitistas começaram movimentações para criá-la utilizando como ferramenta primordial, as redes sociais, em específico o Instagram. Produtores de conteúdo começaram a expressar seu ativismo em forma de produção de conteúdo digital no Instagram, como publicações no feed, stories, e um dos pilares da pesquisa deste trabalho, a produção nos *reels* como forma de melhor alcance e engajamento de seus conteúdos.

Além disso, como segunda temática do trabalho, as questões referentes ao gênero feminino relacionado à deficiência terá como aporte teórico os estudos de Piscitelli (2009) que se referem às formas de violência opressiva de gênero no cotidiano das mulheres, papéis sociais e culturais que são designados ao gênero feminino, naturalização das desigualdades nos diferentes ambientes onde mulheres estão inseridas, como o acadêmico, de trabalho e aqueles que se referem às relações interpessoais. Scott (1995) também contribuirá como seu aporte teórico sobre um mundo patriarcal que naturaliza a subordinação feminina, a desigualdade e a colocação das mulheres como

sujeitos coadjuvantes na história mundial e nunca como protagonistas.

A interseção entre gênero e deficiência será realizada pelas conceituações de Pessoa (2019) sobre as problemáticas desta, em especial as representações dos indivíduos que integram esses dois grupos sociais e a realidade de estigma em que estão inseridas. Mello e Nuernberg (2012) reforçarão as particularidades desta fusão com o entendimento dos significados inseridos na relação do corpo com impedimentos e as ações de poder. Além disso, os conceitos pensados pela dupla também serão utilizados para tratar a sexualidade e direitos reprodutivos das pessoas com deficiência.

Como terceira e última análise, a influência digital será debatida com mais intensidade utilizando as bases teóricas de Karhawi (2017), tendo início na trajetória do sujeito de influenciador digital, desde seus primeiros passos até os dias atuais, com as mudanças gradativas nos aparelhos eletrônicos e nas redes sociais. Além disso, será evidenciada a maneira como tal pode gerar diversos impactos na formação de opiniões e comportamentos de um grupo social.

Portanto, percebe-se que este trabalho visa a discussão de várias temáticas relacionadas ao conjunto gênero e deficiência. Subtemas esses que serão evidenciados e discutidos no decorrer das páginas, para que haja um entendimento em completude das particularidades que integram o cotidiano diário de ambos os grupos sociais marginalizados e oprimidos pela sociedade. No entanto, esse produto analítico não visa apenas mostrar as problemáticas vivenciadas por estes, como também as mobilizações de luta desses grupos, muitas vezes, utilizando da produção de conteúdo digital para realização de suas práticas ciberativistas.

1. COMUNICAÇÃO, JORNALISMO E DEFICIÊNCIA

O capacitismo na mídia é composto por barreiras comunicacionais e inacessibilidade à informação da grande mídia jornalística para pessoas com deficiência. De acordo com dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, 18,6% dos brasileiros possuem deficiência visual, ou seja, 6,5 milhões têm grande ou

⁴ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3425#resultado>

total dificuldade para enxergar, sendo que desses cerca de 506 mil (0,3%) não enxergam de maneira total e 6 milhões (3,2%), têm grande dificuldade para enxergar.

Sendo assim, o acesso à informação jornalística por essas pessoas é anulado, pois observa-se que a grande mídia jornalística não se preocupa com a descrição do que está sendo transmitido para aqueles que estão completamente ou parcialmente impossibilitados de enxergar, ou até mesmo legendar e inserir tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para indivíduos que possuem deficiência auditiva. Esses que, segundo números fornecidos pelo IBGE no mesmo ano, correspondem a 5% da população e utilizam a Libras como auxílio na comunicação. Dessa porcentagem, 2,7 milhões possuem impossibilidade total de audição.

O acesso integral à comunicação citado, sem interferência, refere-se ao consumo de um “amplo espectro de canais e meios de comunicação que configuram o ethos midiático e que podem conter barreiras” (BONITO, 2016, p. 180). Apesar do surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵ em 1948, o tema acessibilidade e cidadania comunicativa foi pautado apenas em 2007 com a publicação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento provindo da Assembleia Geral das Nações em 2006.

Em âmbito nacional, o documento atuou com importância em fazer com que as entidades responsáveis se comprometessem a seguir com as premissas dos Direitos Humanos: o decreto nº6949, promulgado em 2009 pela Casa Civil, assumia a responsabilidade do desenvolvimento e preservação dos princípios da Declaração (1949) e reafirmava “seu compromisso e interesse em considerar as demandas das PcD sob o viés da cidadania” (BONITO, 2016, p. 181). Bonito (2016, p. 182), entretanto, afirma que mesmo com essas movimentações realizadas em prol da acessibilidade do conteúdo, “as empresas de comunicação brasileiras foram protelando a adoção de medidas para tornar seu conteúdo acessível e justificando este efeito com diversas desculpas”, evidenciando a falta de preocupação destas em produzir um conteúdo inclusivo.

Sendo a comunicação um direito humano básico e vista sob a ótica da cidadania, a produção e detenção do conhecimento torna-se fundamental no exercício pleno desta.

⁵ <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>

“Nessa perspectiva, é necessário situar a cidadania científica como um componente estratégico básico, imprescindível e fortalecedor dos processos de mudança que a humanidade, a vida, e o presente/futuro exigem” (MALDONADO, 2022, p. 6). Uma das definições possíveis que pode designar a cidadania é a ideia de que o sujeito possui deveres e direitos, tendo em destaque, o direito ao acesso à informação e à comunicação, sendo a articulação da linguagem algo primordial para manutenção de ambas e para a construção coletiva do conhecimento.

No entanto, Maldonado (2022) afirma que para que essa coletividade ocorra de forma efetiva, existe a necessidade da modificação e transformação de muitas particularidades do mundo e da sociedade em si de forma geral. Ainda de acordo com o autor, “é necessário transformar o mundo, contudo, de modos distintos das tentativas feitas no século XX, que lamentavelmente mostraram carências éticas, políticas, tecnológicas, psicológicas e culturais” (MALDONADO, 2022, p. 10). Sendo assim, as carências que prejudicam o cotidiano das pessoas com deficiência são inúmeras, sendo necessária a mudança no mundo de forma distinta da maneira que já foi realizada.

Com o avanço das tecnologias no âmbito da Comunicação, existe a possibilidade maior de implantação de aparatos da acessibilidade comunicativa, além da que foi realizada em tempos passados, assim como afirmado no fragmento por Maldonado (2022, p. 10), “com efeito, as novas condições de produção comunicacional possibilitam arranjos de caráter multidimensional, hipertextual, plurilíngue, transmetodológico e multifacetado”.

Nessa perspectiva, pode-se observar o âmbito jornalístico como um agente educativo primordial que visa habilitar os indivíduos no exercício de uma cidadania com direitos e deveres, “o fazer comuneducativo abre possibilidades potentes para a constituição e o exercício de uma cidadania comunicacional propositiva, construtiva, suscitadora e renovadora, tanto na vida social quanto na produção cultural” (MALDONADO, 2022, p. 11). Dessa forma, pode-se dizer então que essa possibilidade de cidadania comunicacional pode expandir possibilidades de existência para pessoas com deficiência.

Da falta de acesso aos locais públicos à falta de acessibilidade comunicativa, a implantação de meios para que esta seja fixada se torna fundamental para o

prosseguimento dos atos cidadãos de uma sociedade. Recapitulando a conexão entre direito, cidadania e informação, um termo muito importante a ser citado neste trabalho é o da cidadania comunicativa, explicado no fragmento abaixo.

Por sua natureza, a cidadania comunicativa envolve e articula dimensões sociais e culturais ligadas aos valores de igualdade e respeito, e se apresenta como fator indispensável para uma experiência cidadã e democrática, ou seja, a cidadania comunicativa defende a participação ativa dos sujeitos, a partir do seu “lugar de fala”, até as estratégias de apropriação dos meios de comunicação para a expressão de sua cultura, saberes, filosofias, opiniões e demandas (BERNI, 2021, p. 16).

Um questionamento importante a ser observado pelas pessoas: quantos veículos jornalísticos diários possuem seu áudio com legenda ou com tradução para Libras, por exemplo? Esse fato é um dos muitos que enfatizam a despreocupação da grande mídia com a acessibilidade e torna-se problemático devido a sua primordialidade na ação informativa global. “Nessa perspectiva, reconhece o jornalismo como instituição social capaz de orientar a sociedade e mediar a comunicação entre os atores que a constituem, a partir de sua prerrogativa de fazer com que os acontecimentos passem a existir na consciência das pessoas” (BERNI, 2021, p. 16).

Com isso, as comunicações por meio das redes sociais podem aparecer como alternativas para pessoas que não se sentem visibilizadas pelos veículos de comunicação. Desse modo, os conteúdos produzidos por Ana Clara Moniz podem ser uma forma de tentar preencher esse vácuo comunicativo que se estabeleceu na grande mídia em relação as pessoas com deficiência.

2. A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E DEFICIÊNCIA

Gênero e deficiência são dois termos que foram, por muito tempo, discutidos separadamente pelos estudiosos. A maior parte da produção científica ao longo de tal centrou-se muito na questão da deficiência em si, a partir de uma perspectiva patologizante e quando iniciado o debate com recortes sociais, ele era centrado na vivência do “homem” com deficiência: a primeira organização de pessoas com deficiência da história era formada por homens europeus brancos que teorizaram apenas sobre suas próprias experiências. Dessa forma, houve uma demora para que alguns dos problemas vivenciados por determinados grupos de pessoas do gênero feminino e com

deficiência fossem incluídos em discussão.

Além disso, o espaço das mulheres foi limitado, por muito tempo, ao interior dos lares, especialmente às refeições diárias da família, ao cuidado dos filhos em todos os locais e da limpeza da casa, contrapondo-se ao do gênero masculino, que sua principal tarefa era o trabalho externo para sustento de cônjuge e prole. Perante a isso, essas normas sociais foram “naturalizadas” e simultaneamente foi gerada também a “naturalização” das desigualdades. A conquista do acesso ao espaço trabalhista e corporativo, que antes era raramente ocupado por mulheres, ainda carrega muitas características problemáticas, como se o acesso fosse, de diversas formas, permitido apenas parcialmente.

Essas criações, provindas das práticas culturais, foram se modificando com o tempo e excluindo determinados gêneros dos ambientes em que tais não eram permitidos pelas normas socialmente aceitas, ou seja, Piscitelli (2009) expõe as premissas no fragmento, “toda discriminação costuma ser justificada mediante a atribuição de qualidades e traços de temperamento diferentes a homens e mulheres, que são utilizados para delimitar seus espaços de atuação” (PISCITELLI, 2009, p. 118). Acontecimentos que foram também pensados fenomenologicamente por Joan Scott (1995, p. 2), “na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes”.

Problemas esses que são vivenciados por ambas as minorias, de gênero e deficiência, sendo semelhantes ou não. Não é novidade que mulheres sofrem diariamente com disparidades salariais em seus locais de trabalho, ações de assédio sexual e moral, violência doméstica que resultam muitas vezes em feminicídio, o controle de suas vidas por conviventes homens, entre outros problemas. A mulher com deficiência, por sua vez, que possui limitações físicas, intelectuais ou até ambas, ficam mais vulneráveis aos diversos tipos de violência. A vulnerabilidade torna-se dupla, tanto pelo gênero quanto pela deficiência.

As pessoas com deficiência, independente do gênero, são infantilizadas e consideradas improdutivas de forma majoritária pela sociedade. Existe uma ideia de que tais não possuem capacidade de se tornarem adultos pertencentes à vida social e de realizar atos que são cotidianos, como o trabalho, por exemplo. Em outras palavras, os

problemas pertencentes à vivência de gênero somatizam aos da deficiência, que por sua vez, não são vivenciados por mulheres sem deficiência.

Por exemplo, a sexualidade e os direitos reprodutivos foram negados ao gênero feminino como um todo, porém essa ação parece possuir diferentes características e maior intensidade quando relacionado às mulheres com deficiência. Dessa forma, entidades governamentais começaram a reconhecer a importância da inclusão do tema das meninas e mulheres com deficiência, das particularidades do termo gênero e a igualdade entre homens e mulheres, sendo esses com ou sem deficiência.

Muito se debate sobre pautas de acessibilidade, da vivência no trabalho e da educação no âmbito da deficiência, temas pertencentes ao campo público, mas pouco se diz sobre um tema considerado central no campo privado, a sexualidade e os direitos reprodutivos das pessoas com deficiência. Prestar atenção a essa questão é de extrema urgência, assim como exposto no fragmento, “consideramos que o estatuto de sujeito de direitos das pessoas com deficiência avançará somente quando o tema sexualidade for contemplado nessas políticas” (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 645).

No entanto, apesar dos problemas citados acima, Sônia Pessoa (2019) afirma que mesmo com as experiências das pessoas com deficiência trazerem o sofrimento, estes não gostariam de serem vistos como “sofredores” que necessitam de piedade, mas sim como protagonistas da própria vida.

Apesar do capacitismo ter várias formas de reprodução no cotidiano, Pessoa (2019) realiza a criação do termo “linguagem hospitaleira”, um conceito relevante em detrimento deste, que “seria uma possibilidade de tratamento discursivo acolhedor, respeitando os modos como as próprias pessoas com deficiência gostariam de ser nomeadas, evitando-se categorização e juízos de valor.” (PESSOA, 2019, p. 213).

No entanto, as pessoas com deficiência começaram movimentações e criaram uma luta contra a realidade de preconceito, exclusão e estigma na qual estavam inseridas por décadas, utilizando, de forma recente, as redes sociais para iniciarem seu ciberativismo contra ao capacitismo. Designação esta que caracteriza bem a influenciadora Ana Clara Moniz e a produção de conteúdo digital em sua conta de Instagram,

[...] se em épocas passadas as pessoas com deficiência precisavam se ocultar e se manter no anonimato para não

“perturbar” os demais, as redes sociais digitais possibilitam a elas o extremo oposto: projetar seus imaginários sociais por meio da encenação da própria deficiência (PESSOA, 2018, p. 112).

3. A INFLUÊNCIA DIGITAL DE ANA CLARA MONIZ

Até poucos anos atrás, o termo “influenciador digital” era algo desconhecido ou até considerado inexistente pelas pessoas. As blogueiras de moda eram conhecidas como apenas blogueiras de moda ou bloggers⁶, assim como os blogueiros de nichos diversos como de jogos, culinária e arte, por exemplo. Os blogueiros que utilizavam do Youtube⁷ e produziam seu conteúdo em vídeo eram chamados de vloggers⁸. Essa realidade perdurou-se, mas “em 2015, no entanto, inicia-se um movimento de redefinição de nomenclaturas profissionais, uma guinada discursiva” (KARHAWI, 2017, p. 48). Nessa perspectiva, observa-se que influenciadores digitais iniciaram a criação minuciosa de práticas discursivas com seus próprios pontos de vista, para que estes sejam semelhantes aos dos indivíduos que se tornam seus seguidores.

A criação de diversos sites e plataformas, que disponibilizam diferentes ferramentas as quais possibilitam uma produção massiva de conteúdo, foi parte fundamental do processo de construção da influência digital:

A emergência constante de novas redes sociais digitais ampliou as possibilidades dos formadores de opinião. Em 2004, o Facebook foi disponibilizado na rede. Logo depois, em 2010, o Instagram. Desde então, os aplicativos surgem diariamente permitindo que os blogueiros e youtubers possam levar sua prática para diferentes plataformas, potencializando o seu crédito e prestígio na rede. (KARHAWI, 2017, p. 53).

Realidade essa que é caracterizada pela valorização da necessidade de ser visto, sendo da forma na qual está se sentindo ou nos locais nos quais está para gerar uma exposição massiva de uma “vida pessoal” criada para a persona das redes, que muitas vezes é exposta de forma ilusória, “portanto, participar está diretamente relacionado a mostrar-se, implodir a dicotomia entre o público e o privado” (KARHAWI, 2015 apud KARHAWI, 2017, p. 48). Essa atmosfera foi o elemento chave para a expansão dos

⁶ Os bloggers, em português, blogueiros, são indivíduos que publicam em blogs que são diários online de publicação.

⁷ Youtube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos onde os usuários podem assistir, criar e editar vídeos.

⁸ Vloggers são pessoas que produzem conteúdo em vídeo em formato de diário pessoal.

bloggers, que mais tarde, tornaram-se influenciadores digitais.

Em procura da validação dos seus consumidores, os influenciadores constroem sua persona digital de acordo com as preferências do seu público para que haja conquista gradativa da sua predominância na sociedade digital, “assim, ser influente, poder dizer algo, ter legitimidade em um campo não é fato dado, mas construído.” (KARHAWI, 2017, p. 55).

Observa-se, por exemplo, que todos os influenciadores começaram de algum lugar e foram construindo sua persona digital que lhes trouxeram renome. O conteúdo da conta Instagram de Ana Clara, era até 2020, ano marcado pela fase aguda da pandemia da Covid-19 e o consequente isolamento social em escalas mundiais, composto basicamente apenas por fotos pessoais, sem citar o problema do capacitismo em si.

Quando se iniciaram as postagens de conteúdos que se referem ao termo relacionado a vivência dos corpos femininos e com deficiência, o número de visualizações, seguidores e curtidas de Ana Clara Moniz aumentaram progressivamente. Ela passou a ser uma produtora de conteúdo, possuindo o nicho das temáticas sociais relacionadas a deficiência como centro da sua produção, “O que as pesquisas de mercado têm apontado é que cada vez mais os formadores de opinião serão os microinfluenciadores digitais; pessoas que conversam com nichos cada vez mais específicos e menores.” (KARWAHI, 2017, p. 53).

Apesar do conteúdo de Ana Clara agir em detrimento da realidade citada, as perspectivas sobre as pessoas com deficiência são formadas nos círculos sociais e na maior parte das vezes, de maneira pejorativa. Com isso, o capacitismo permeia em diversos locais da sociedade e a influência de Ana Clara realiza um trabalho em prol da extinção desta problemática social, apesar dos obstáculos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta do meu trabalho era mostrar, de forma central, a luta contra o capacitismo no âmbito das redes sociais e seus produtores de conteúdo, mas o que se conclui é que existem muitas questões além desta nas páginas. As bases teóricas que permitiram a fusão das problemáticas referentes ao gênero e à deficiência buscaram

fornecer o maior entendimento possível sobre a vivência cotidiana de um corpo feminino com deficiência, mostrando outras problemáticas do cerne social da sociedade global. Apesar de o trabalho ter sido iniciado com a contextualização histórica da deficiência, as questões referentes aos diversos tipos de violência de gênero foram evidenciadas nos capítulos posteriores, além da contextualização histórica integrada destes com as formas de mobilização para suas extinções.

Os meios de comunicação jornalística, por sua vez, são mostrados como problemáticos quando o assunto é acessibilidade para PcDs com suas produções inacessíveis. Em contrapartida desta realidade de exclusão, a evidenciação da produção digital de conteúdo educacional no Instagram é designada como solução possível para que tal acesso à informação seja realizado, apesar dos problemas na plataforma.

Portanto, conclui-se que Ana Clara é pertencente ao conjunto de soluções imediatas, uma vez que seu perfil é integrado com conteúdos com um forte potencial educacional, conceito proposto por Maldonado (2022) e incluso também no conceito de cidadania comunicativa proposto por Berni (2021). No entanto, existem muitas dificuldades na implantação efetiva da acessibilidade no conteúdo de Ana Clara, causadas pela própria plataforma do Instagram. Existe um comprometimento ainda pequeno com a acessibilidade para pessoas com deficiência na plataforma e isso impacta nas movimentações dos influenciadores para que tal seja implantada com efetividade.

Entre outras questões, não vivenciadas por mim, como a experiência do corpo feminino com deficiência, eu entrei em pesquisa e utilizo do aporte teórico de mulheres que a vivenciam ou de outras que assim como eu, se induz as práticas de observação e análise de uma questão social emergente. Escrever sobre algo que não vivencia é necessitar de muita leitura e observação de materiais científicos para poder construir um aporte argumentativo consistente.

Portanto, consigo fazer a constatação de que o fazer deste trabalho foi um leque amplo de novas descobertas a partir das práticas analíticas realizadas. Consegui me impulsionar a maior visualização das questões referentes as possibilidades de atuar com sua própria liberdade de expressão, que tomam espaço nas redes sociais, essas que podem funcionar como espaços possíveis e gratuitos para realizá-la, mas que carregam problemas referentes à invisibilização do conteúdo produzido por PcDs e por

diponibilização de ferramentas para implantação da acessibilidade comunicativa. Pode também, ter um olhar analítico mais intenso do meu gênero e de vivências não pertencentes a mim, como a deficiência, o que carrega importância para minha jornada não só como pesquisadora, como também ser humano, uma vez que as práticas analíticas possibilitaram a tentativa de entendimento das vivências nunca experienciadas por mim.

REFERÊNCIAS

MALDONADO, Alberto Efendy (2022). Cidadania comunieducativa e transmetodologia: a investigação crítica necessária em conjunturas autoritárias. *Comunicação & Educação*, 27(1), 5-14.

BERNI, Felipe Collar. A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos. 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: **ALMEIDA**, Heloisa Buarque de; **SZWAKO**, José Eduardo. *Diferenças, igualdade*. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

PESSOA, Sônia Caldas. *Acessibilidade Afetiva? Da linguagem hospitaleira às redes de relações nas organizações*. In: Ângela Salgueiro Marques; Daniel Reis Silva; Fábria Pereira Marques.

MELLO, Anahi Guedes de e **NUERNBERG**, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Rev. Estud. Fem.* 2012, vol.20, n.03, pp.635-655.

OLIVEIRA, Fatine de Conceição. **Corpos sem filtro**: textualidades afetivas de mulheres com deficiência no instagram. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

KARHAWI, Issaaf. *Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão*. *Communicare*, São Paulo, v.17, edição comemorativa, p.46-61, 2017.

